

Qual o lugar da criança negra na sociedade brasileira?

Liliam Teresa Martins Freitas

Pedagoga, Mestre em Educação. Docente IF- Maranhão

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o (não) lugar da criança negra na sociedade brasileira, com foco na legislação educacional e algumas pesquisas que investigam as instituições de educação infantil como espaços de construção de identidade racial de crianças negras. Esta construção identitária acontece em um processo de interação social entre o “eu” e o “outro” permeado por representações, negativas em relação ao negro, opostas a dos brancos, em uma sociedade racista que faz uso do discurso da democracia racial. A promulgação da lei federal nº 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino de cultura e história afro-brasileira e africana no currículo, em que esses temas que foram historicamente negligenciados pela escola devido à herança colonizadora, com sua visão eurocêntrica e branca. No entanto, essa mesma lei não explicita as creches e as pré-escolas, que constituem primeira etapa da educação básica, da obrigatoriedade da inserção da temática negra, fase em que o processo de construção de identidade racial se iniciou. Para este trabalho se dialogou com as poucas pesquisas que tratam da educação infantil e crianças negras que evidenciam o lugar de inferioridade que a elas têm sido destinado nas instituições de educação infantil.

Palavras-chave: Identidade, Crianças negras, Educação.

Where do black children belong in brazilian society?

Abstract: The aim of this article is to discuss (or not) black children's place in the Brazilian society, focusing on educational legislation as well as studies investigating institutions of Early Childhood Education as centers of racial identity construction for black children. Such development of identity happens through a process of social interaction between “me” and “the other”, permeated by representations which are negative towards black people in a racist society that makes use of an argument of racial democracy. The promulgation of federal law 10.639/2003 determines the requirement of teaching both African-Brazilian and African cultures in the school curriculum, considering these subjects have been historically neglected by the educational system due to Brazil's colonizing heritage and its Eurocentric and white perspectives. However, this law doesn't explicitly make it mandatory to teach these topics in Early Childhood centers such as pre-school and kindergarten, which are the first stages of basic education and where the construction of a racial identity begins to take place. This paper interfaces with the few available studies on Early Childhood education and black children which demonstrate the position of inferiority which has been designated to them in children's educational institutions.

Keywords: Identity, Black children, Education

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as) (GOMES, 2005, p. 43).

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho realiza uma breve discussão sobre o (não) lugar da criança negra na sociedade brasileira, com foco na legislação educacional e algumas pesquisas, e, em especial, as que tratam das instituições de educação infantil, creches e pré-escolas, em que também ocorre a construção da identidade racial.

Dialogamos com a Sociologia da Infância, que concebe a questão racial como constituinte da sociedade brasileira e a especificidade da socialização das crianças negras nas instituições de educação para pequena infância. Esses espaços onde as crianças constroem a sua identidade.

Este trabalho está estruturado em duas partes: a primeira visa contextualizar a criança negra na sociedade brasileira, desde o passado colonial, marcada pela diversidade racial, pelas relações de poder entre diversos grupos sociais, pelo racismo e luta pela identidade e representação; e no segundo momento, discutir sobre a construção da identidade racial negra, legislação educacional e as instituições de educação infantil a partir de algumas pesquisas.

Na análise pretendida neste trabalho torna-se necessário fazer algumas considerações sobre determinadas categorias utilizadas: primeiramente utilizo raça no sentido dado por Guimarães (2012), como uma construção social e um conceito analítico usado para compreender uma sociedade em que as crenças raciais baseadas no viés biológico ainda orientam os comportamentos e discriminações.

O racismo, mais que uma crença na existência das raças hierarquizadas como inferiores e superiores, como resultado da criação e expansão das doutrinas raciais, está arraigado nas práticas sociais e constitui

um sistema que reproduz as desigualdades raciais, no qual a população negra é posta em situação desvantajosa econômica, política, social e culturalmente (GUIMARÃES, 2009).

O preconceito é a crença prévia de qualidades morais, intelectuais, físicas e psíquicas ou estéticas de alguém, baseadas na ideia de raça. A discriminação ocorre quando esse preconceito se manifesta no comportamento (GUIMARÃES, 2004).

Emprego a palavra negro, visto que foi o termo escolhido pelo movimento negro na sua política de construção da identidade racial. Negro aqui designa todos os sujeitos comumente chamados de pretos, pardos, morenos, mestiços, mulatos e outras tantas variantes atribuídas aos sujeitos descendentes da linhagem africana. Nas nomenclaturas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística as cores preta e parda correspondem a pessoas negras.

2. QUAL O (NÃO) LUGAR DA CRIANÇA NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA?

De acordo com essa epígrafe, que trata da questão da identidade, evidencia o desafio do (a) negro (a) em construir uma identidade positiva de si, que começa desde a infância, numa sociedade racista que o ensina a negar-se. Nessa sociedade, o ideal de embranquecimento é forte, o que significa dizer que o ideal de beleza, inteligência e moral são predominantes brancos (SOUZA, 1983).

Na perspectiva da *Sociologia da Infância*, infância é produção histórico-social, construída a partir da diversidade e desigualdade promovidas pela posição social, gênero, etnia/raça, dentre outros que produzem a pluralidade da infância (ABRAMOWICZ, 2010). A partir desse viés, optamos por trabalhar a infância e a dimensão racial, isto é, crianças negras, porque entendemos que, muito embora esses processos de discriminação se combinem, a condição do negro possui mecanismos e sutilezas próprias na sociedade brasileira marcada pelo racismo.

Quanto à representação da imagem do negro na sociedade brasileira, ela construiu-se com base na ideia de raça, de inferioridade e em contraposição aos padrões de estética eurocêntrica e branca (MUNANGA, 2009). Muitas vezes a sociedade brasileira dispensa ao negro um tratamento marginalizador, excludente e preconceituoso. Esse tratamento vem “desde as instâncias fundadoras que marcaram a etnia, no processo de construção da sociedade brasileira” (PROENÇA, 2004, p. 1). As crianças na condição de filhos de negros escravizados perdiam a infância, o aconchego do colo da mãe e da família:

A sociedade colonial usurpava da criança negra o direito a infância. Logo que nascia, ela não tinha direito ao leite e aos cuidados maternos. Assim como na Europa, senhoras da casa-grande não amamentam seus filhos, entregavam-nos aos cuidados de uma ama de leite¹, que era obrigada a retirar tal sustento da boca de seus próprios filhos (FARIAS, 2013, p. 51).

A Casa dos Expostos, fundada em 1726 na Bahia, é considerada como uma das primeiras medidas de atendimento à infância, esta etapa da vida está marcada pela origem social e pela raça/cor. Em 1738, foi criada no Rio de Janeiro a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, e a Roda dos Expostos, além desta última em Vila Rica em 1831. Nesses espaços havia criança negra, mestiça e branca, mas o número maior de enjeitados era de negros, isto é, destino dos filhos das escravizadas (FARIAS, 2013). A partir dos sete anos, a criança filha de escravizados passa ter sua força de trabalho explorada. Situação essa que fazia com que mulheres negras na condição de escravizada não quisessem ter filho para que o mesmo não se tornasse mão de obra escrava. No entanto, essas mulheres quando tinham filhos, muitas delas os deixavam na Casa ou Roda dos expostos na tentativa de livrá-las da escravidão.

Sobre estas instituições voltadas para a população pobre, na maioria negra, Gondra e Schueler (2008) observam que elas foram espalhadas no

¹ O uso da Ama de leite depois foi contestado pelo surgimento movimento higienista, em meio a grande mortalidade infantil, que defendia que a mãe deveria alimentar seus próprios filhos.

vasto território brasileiro, com caráter distinto. As primeiras, como as Casas e Rodas de Expostos, encontram-se associadas às iniciativas das Santas Casas de Misericórdia, como instituição de recolhimento, criação e educação de crianças pobres, abandonadas. Experiências iniciadas no século XVIII nas cidades de Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

O abandono tornou-se uma grave realidade, que crescia mais a cada ano. As autoridades governamentais do Brasil passaram a enfrentá-lo já no século XVII, procurando dar assistência à criança enjeitada. No século XIX, o discurso médico-higienista² condenava as Casas e Rodas de Expostos³ e o uso das Amas de leites (que eram em geral negras e pobres), estas vistas como responsáveis pela grande mortalidade infantil. Neste contexto, emerge o discurso da creche. Os primeiros textos sobre creche de que se tem notícia no país foram publicados na revista *A mãe de família*, em 1879, uma série de cinco artigos do doutor K. Vinelli, “preocupado” com o destino de crianças filhas de mães escravizadas (ROSEMBERG, 2012; PARDAL, 2013). Vinelli define essa instituição e especifica crianças público-alvo, que está atrelado a determinada origem social:

A creche é um estabelecimento de beneficência que tem por fim receber todos os dias úteis e durante as horas de trabalho, as crianças de dois anos de idade para baixo, cujas mães são pobres, de boa conduta e trabalham fora de seu domicílio (PARDAL, 2013, p.71 apud *A Mãe de Família*, jan. 1879, p.3).

A finalidade da creche era liberar mão de obra da mãe pobre, escravizada ou liberta. A creche era apenas para quem não pudesse cuidar dos seus filhos, de acordo com o doutor Vinelli. Explicita-se aqui o controle social das classes populares e de uma população infantil crescente (PARDAL, 2013), crianças negras, através da educação a dos(as) filhos(as) recém libertos(as). Segundo Reis (2013), o funcionamento da creche nesse período

² Defendia que a mãe branca deveria alimentar seus próprios filhos, diferentes das pobres e negras que precisavam trabalhar e que por isso colocavam os filhos nas creches.

³ O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir as rodas de expostos, fato ocorrido nos anos 1960 (GRONDA; SCHUELER, 2008).

deve ser compreendido no âmbito do serviço social e da saúde pública, sem uma proposta educacional emancipatória, pois se destina à classe popular. As instituições de atendimento às crianças até 1996 estavam concebidas dentro das políticas da assistência social.

Assim, pode-se constatar o tratamento diferenciado a crianças negras, assim como o controle numa sociedade escravocrata através dessas instituições que não foram pensadas para a “produção” de qualquer ser humano, mas a dos (as) filhos das mulheres pobres e negras terem sua mão de obra liberada para o mercado (ROSEMBERG, 2012).

Essas instituições se relacionam com a formação de uma concepção sobre a infância, que atua sobre as crianças de um determinado contexto social (tempo e espaço), produzindo diversas infâncias, o que vai contra a ideia de uma infância universal. Na atualidade ainda há ranços desse passado ao se constatar através de estudos que ainda há um tratamento discriminatório em relação às crianças negras e que ele interfere no processo ensino-aprendizagem e na autoestima.

A educação infantil constitui-se como a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, considerando-se as dimensões física, afetiva, intelectual e social. É durante a infância que se inicia o processo de formação da identidade e o descobrimento do “eu”, onde a criança se vê permeada por referências. Na literatura infantil no Brasil há ainda influência da matriz europeia, predomina o arquétipo branco em reis, rainhas, príncipes, princesas, fadas e mocinhos, isto é, os personagens principais têm pele branca, cabelos lisos e loiros, olhos azuis ou verdes.

As crianças negras constituem a maioria das crianças para adoção, sendo 51,1%, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio do Cadastro Nacional de Adoção, mas 37% dos brasileiros que querem adotar preferem exclusivamente crianças brancas. O cadastro contabilizava em maio de 2011 um total de 30.378 interessados inscritos e 7.949 crianças.

3. A IDENTIDADE RACIAL DE CRIANÇAS NEGRAS, LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A identidade tem se destacado como uma questão central nas discussões contemporâneas nas sociedades do final do século XX que está sendo extensamente discutida na teoria social e emerge uma nova concepção de identidade do sujeito "pós-moderno". A complexidade dessas sociedades está em outras divisões sociais, além da classe social, explicitada pela política de identidade, na qual a "raça", etnia e o gênero são centrais. Hall (2005, p.8) coloca: "O próprio conceito com qual estamos lidando 'identidade' é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova".

Como as crianças negras constroem identidade positiva de si mesmo numa sociedade racista como a brasileira que se esconde atrás "dogma" da Democracia Racial (HASENBALG, 1979, 1996)? Como realizar essa construção num país em que o ideal predominantemente é branco (*Ibidem*), e ele está visível na maioria dos desenhos animados, dos apresentadores de programas infantis e de televisão, nos personagens de histórias infantis (reis e rainhas), nas capas de revistas, nos murais e cartazes das creches e pré-escolas? De que maneira elas vão responder a partir das representações que têm contato as perguntas como: "quem eu sou", "quem poderia ser", "quem eu quero ser" (WOORWARD, 2013)?

As pesquisas apontam que o processo de formação da identidade é marcado pelo tratamento discriminador entre brancos e negros (ROSEMBERG, 2012; CAVALLEIRO, 1998; MUNANGA, 2001; FAZZI, 2006) que ocorre na sociedade brasileira. Em geral, os trabalhos mostram que há uma influência negativa no processo educacional e na construção da autoestima das crianças negras com a supervalorização dos brancos e da inferiorização dos negros, que acontecem nas instituições educacionais e nos livros infantis.

No entanto, a pequena infância, que compreende as crianças⁴ de 0 a 5 anos e que, muitas vezes, estão nas instituições de educação infantil como creches e pré-escolas (FARIA, 2015; ROSEMBERG, 2012) é esquecida, assim como a fase em que se inicia o processo de formação da identidade e o descobrimento do “eu”, onde a criança se vê permeada por referências. De acordo Rosemberg (2012), em uma pesquisa recente, há pouca produção acerca de temas relacionados a questões étnico-raciais e educação infantil, principalmente na região nordeste. Fazzi (2006) constata que os estudos brasileiros sobre as relações raciais na infância existem em pequena quantidade, oposto aos Estados Unidos, em que é uma área consolidada, com diversos estudos e autores de várias perspectivas em que os primeiros apareceram na década de 1930.

No Brasil, a maioria dos estudos trata da temática no ensino fundamental, ao contrário da educação infantil, em que há um número bastante reduzido, uma das possíveis explicações talvez seja devido à dificuldade que se tem de se realizar pesquisas com crianças muito pequenas (CAVALLEIRO, 1998). Para essa questão Rosemberg (2012) afirma que há uma exclusão da educação infantil e os sujeitos que dela fazem parte da pesquisa acadêmica, dando o mesmo tratamento excludente e discriminatório que, por vezes, a sociedade dispensa às crianças e, conseqüentemente, à educação infantil.

Essa “exclusão” da educação infantil e de seus sujeitos vai atingir a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/19⁵ e torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana apenas para os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, não explicitando o primeiro nível da educação básica, a educação infantil, de conteúdos programáticos como o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra Brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a

⁴ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, criança compreende a faixa etária de 0 até os 12 anos de idade incompletos.

⁵ Outra mudança na legislação para as relações étnico-raciais na educação é a lei 12.796, de 4 de abril de 2013 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. Essa nova lei colocou como princípio do ensino “consideração com a diversidade étnico-racial” e inclui a pré-escola na educação básica, tornando a educação de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos obrigatória. Com efeito, a diversidade étnico-racial é um princípio também da educação infantil

contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Entretanto, o livro *“História e cultura africana e afro-brasileira”*, na perspectiva de contribuir com a inserção da temática negra nas creches e pré-escolas, publicado em 2014, que traz a temática negra para a educação infantil, o discurso é de amenizar essa lacuna da lei 10.639, e a argumentação é de que educação infantil, mesmo que não esteja contemplada inicialmente no texto da Lei nº 10.639/2003, foi paulatinamente incorporada com o Parecer CNE/CP nº 03/2004 e com a Resolução CNE/CP nº 01/2004, e o Plano Nacional dela. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil conseguem abarcar as relações étnico-raciais, ou seja, inserindo a pequena infância. Percebemos que nenhuma política, inclusive a Lei 10.639, se dá de maneira isolada, por isso a relação das leis com os documentos. Mas sobre essa omissão da lei federal Rosemberg analisa:

Uma das principais reivindicações dos movimentos negros na educação, o da mudança curricular, foi, finalmente atendida, pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que, alterando dispositivos da LDB, tornaram obrigatório o ensino da temática história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do país. Sendo uma das ações de maior mobilização atual no campo das relações raciais na educação, a aprovação e a implementação da lei constituem exemplos de política de reconhecimento de identidade cultural negra. Não por acaso, essa lei se restringe especificamente às escolas de ensino fundamental e médio: a educação infantil foi excluída: trata-se de desenlace de longo percurso histórico. (p. 33, 2012).

Há um silenciamento maior na educação infantil sobre as questões étnico-raciais, que corrobora com o preconceito, o racismo ou/e a discriminação contra as crianças negras. Os estereótipos são reforçados na literatura infantil, no próprio livro didático e nas práticas e posturas de professoras que não tiveram em sua formação inicial e/ou continuada

conhecimentos sobre a questão racial para trabalhar a temática negra e o racismo em sala de aula (CAVALLEIRO, 1998).

Nas instituições de educação infantil, a constatação é a de que a temática negra não faz parte do currículo e da prática pedagógica como apontam as pesquisas. Neste nível, muitas crianças negras têm sua identidade racial e a sua cultura, história e estética desrespeitadas e desvalorizadas pela instituição educacional que as invisibiliza com a falta de imagens e figuras de personagens pretos e pardos nos cartazes e murais do pátio às salas de aula que afirmem positivamente a população negra, em que a maioria das representações são brancas e loiras, em um currículo e a uma prática pedagógica que não contemplam a diversidade étnico-racial (AMARAL, 2013; CAVALLEIRO, 1998). Como é possível crianças negras valorizarem sua cor, sua pele, seu cabelo, seus traços, enfim, seu pertencimento étnico-racial, frente a uma identidade branca que atropela as delas naquele espaço institucional?

O negro com a ausência de uma concepção positiva de si mesmo se defronta com o modelo de identificação normativo-estruturante branco (COSTA, 1983; SOUZA, 1983), adota o branco como modelo de identidade. Mas o desejo de ser branco produz o projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo/pele que é negro. Essa internalização é brutal, é uma violência racista que se exerce na tendência de destruir a identidade do sujeito negro que deseja ser branco. Nos depoimentos analisados por Souza (1983) é explícita uma desvalorização sistemática dos atributos físicos do sujeito negro que inicia na infância. “É com desprezo, vergonha ou hostilidade que os depoentes referem-se ao ‘beijo grosso do negro; ‘nariz chato e grosso’ do negro; ‘cabelo ruim’ do negro, ‘bundão do negro; ‘primitivismo’ sexual do negro e assim por diante” (COSTA, 1983, p. 6). O corpo é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo. A inferiorização do negro atinge primeiramente o seu corpo, que atinge sua mente, seu espírito, sua história e sua cultura. E o processo de recuperação da identidade tem uma relação análoga com a inferiorização, começa pela aceitação dos atributos físicos da negritude, já que o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade, antes de atingir

os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos (MUNANGA, 2009).

Amaral (2013) ressalta que a constituição da identidade racial das crianças negras não ocorre apenas na instituição de educação infantil, mas que é um espaço de grande relevância por ser um local de encontro, socialização e interação de diferentes crianças e ser uma instituição de educação sistematizada, intencional, planejada. Do currículo a imagens, que, em geral, privilegiam o arquétipo branco, que cercam as crianças negras e brancas em todos os ambientes dessa instituição, está uma opção pedagógica que contribui no processo de construção de identidades dessas crianças.

4. CONCLUSÃO

Nessa discussão sobre o (não) lugar da criança negra na sociedade, em especial nas instituições de educação infantil a partir de alguns estudos, tratamos da educação e sua relação na construção da identidade racial das crianças negras. Esta é ainda uma temática pouca estudada no Brasil, já que o paradigma vigente é de uma infância universal, como se todas as crianças fossem iguais e tivessem as mesmas condições de desenvolvimento social, intelectual e cognitivo. E os pesquisadores que estudam a temática negra não têm privilegiado esta etapa da educação básica, oposto aos ensinos superior e o fundamental. Os estudos sobre crianças negras na educação infantil são fundamentais para subsidiar a construção de políticas públicas educacionais antirracistas, principalmente de formação docente.

Nos primeiros anos de vida as crianças já começam a construir sua identidade (racial). E os espaços onde as crianças negras também elaboraram sua identidade são as creches e as pré-escolas, situados numa sociedade racista de forte ideal branco, onde, muitas vezes, faltam referenciais positivos de sua história, cultura e estética, do mural ao currículo evidenciado por algumas pesquisas realizadas, mesmo com a aprovação da Lei federal nº 10.639 que determina a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-

brasileira e africana. As pesquisas são fundamentais neste nível de ensino para tirar da invisibilidade as crianças negras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete *et al.* *O plural da infância: aportes da sociologia*. São Carlos: EdFUSCar, 2010.
- AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. A infância pequena e a construção da identidade étnico: potenciais e limitações sob o olhar do professor, *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília : MEC, SEB, 2010.
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente nº 8.069/90*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >. Acesso em: 12 de Setembro de 2015
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 de Setembro de 2015
- _____. *Lei federal nº 10.639, de 09/01/2003: Altera a Lei 9.394/96 para incluir o no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática "História e Cultura afro-brasileira"*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10639.htm>. Acesso em: 12 de Setembro de 2015
- _____. *História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil*. Brasília : MEC/SECADI, UFSCar, 2014.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, datilo, 1998.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Trad. Dinah Kleve São Paulo; Selo Negro, 2000.
- COSTA, Jurandir Freire. *Prefácio: Da cor ao corpo: a violência do racismo*. In: SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições graal, 1983.
- FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: Vasconcellos, Vera Maria Ramos de (org.) *Educação da infância: história e política*. 2 ed. Niterói: Editora da UFF, 2013.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu* (26) janeiro-junho de 2006: pp.279-287. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n26/30394.pdf>>. Acesso em: 12 de Setembro de 2015.

- FAZZI, Rita de Cássia. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação Anti- Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC, SECAD, 2005.
- GONDRA, José G.; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: editora 34, 2012 (2 edição revista). 240 p.
- _____. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- _____. *Preconceito e discriminação*. 2ª ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Editora 34, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2): 15-46, jul/dez., 1997.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. Entre o Mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MARCOS CHOR, Maio (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 235-249.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Fundamental, 2001.
- _____. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009. – (Coleção Cultura Negra e identidades).
- PARDAL, Maria Vitória de Carvalho. O cuidado com as crianças pequenas no Brasil escravista. In: Vasconcellos, Vera Maria Ramos de (org.). *Educação da infância: história e política*. 2 ed. Niterói: Editora da UFF, 2013.
- REIS, Andrea Cardoso. A institucionalização da infância no Brasil republicano. In: Vasconcellos, Vera Maria Ramos de (org.) *Educação da infância: história e política*. 2 ed- Niterói: Editora da UFF, 2013.
- ROSEMBERG, Fulvia. *A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. Maria Aparecida Silva Bento, organizadora . -- São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- WOORWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 13^a ed. Petrópolis: Vozes, 2013, 133p.